

16/04/98

TRIBUNAL PLENO

INQUÉRITO N. 641-6 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INDICIADO: EDSON GONCALVES SOARES
ADVOGADO: ARIOSVALDO DE CAMPOS PIRES
INDICIADO: GETULIO AFONSO PORTO NEIVA
ADVOGADO: GUSTAVO LIMA BRAGA E OUTRO

SUSPENSÃO DO PROCESSO - CONDIÇÕES - CARÁTER. As condições previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95 não são essenciais a que se chegue à suspensão do processo. O afastamento do caráter obrigatório decorre da previsão segundo a qual o juiz pode especificar outras condições no que se mostrem adequadas ao fato "e à situação pessoal do acusado" - § 2º do citado artigo.

SUSPENSÃO DO PROCESSO - CONDIÇÕES - ATIVIDADE POLÍTICA. Se o beneficiário da suspensão dedica-se à atividade política, não se faz obrigatória a apresentação mensal ao juiz e nem a autorização deste para o afastamento da Comarca na qual situada a residência do réu, isso no período compreendido entre o registro da candidatura até a proclamação dos eleitos.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, resolvendo questão de ordem proposta pelo Sr. Ministro-Relator, em decidir, por unanimidade de votos, suspender, relativamente ao réu Getúlio Afonso Porto Neiva, as exigências inscritas nos incisos III



A handwritten signature, possibly of the Minister-Reporter, written in ink.

A handwritten signature, possibly of the Minister-Reporter, written in ink.

e IV do § 1º do art. 89 da Lei nº 9.099/95, a partir do registro da candidatura e até a proclamação dos resultados.

Brasília, 16 de abril de 1998.

CARLOS VELLOSO

-

PRESIDENTE

MARCO AURELIO

-

RELATOR

16/04/98

TRIBUNAL PLENO

INQUÉRITO N. 641-6 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INDICIADO: EDSON GONCALVES SOARES
ADVOGADO: ARIOSVALDO DE CAMPOS PIRES
INDICIADO: GETULIO AFONSO PORTO NEIVA
ADVOGADO: GUSTAVO LIMA BRAGA E OUTRO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Em 17 de dezembro de 1992, o Ministério Público Federal apresentou a esta Corte denúncia contra o então Deputado Federal Getúlio Afonso Porto Neiva e o Prefeito Municipal de Teófilo Otoni-MG, Edson Gonçalves Soares, imputando ao primeiro o crime de desobediência, definido no artigo 330 do Código Penal, e a ambos o de violência arbitrária, tipificado no artigo 322 do referido diploma, considerados fatos ocorridos em 19 de julho de 1991. Com a solicitação de licença, conforme previsto no artigo 53, § 1º, da Constituição Federal, a Câmara dos Deputados veio a informar que Getúlio Afonso Porto Neiva não se reelegera para a legislatura em curso. O processo continuou nesta Corte em face de o procedimento a ele atribuído haver sido praticado quando ocupava o cargo de deputado federal, prosseguindo, assim, a tramitação da ação penal.

m

Mediante a promoção de folha 254, o Ministério Público Federal teve o caso como alcançado pelo artigo 89 da Lei nº 9.099/95, requerendo fosse ouvida a defesa de ambos os acusados quanto à suspensão do processo, a ocorrer nos termos do referido dispositivo legal (folha 254). À folha 257, requereu-se a intimação pessoal dos envolvidos. Edson Gonçalves Soares veio a manifestar-se favoravelmente à suspensão, solicitando a fiscalização do cumprimento das condições na Comarca de Teófilo Otoni (folha 287). Seguiu-se novo pronunciamento da Procuradoria Geral da República visando à suspensão condicional do processo em relação a Edson Gonçalves Soares, e à feitura de diligência para localizar-se, junto à Receita Federal, o endereço do acusado Getúlio Afonso Porto (folha 292). Ocorrida a intimação pessoal deste último, veio aos autos a peça de folhas 324 e 325, no sentido da aceitação da proposta, afastadas as condições previstas nos incisos III e IV do § 1º do artigo 89 da Lei nº 9.099/95. Em síntese, articulou-se com a necessidade de locomoção irrestrita, tendo em conta o desejo do indiciado de candidatar-se ao cargo de deputado federal nas eleições que se avizinham. Na peça apontou-se que o controle das atividades sociais podem ser feitos por outros meios, levando-se em conta, especialmente, a exposição do acusado perante a sociedade, fato a permitir o monitoramento dos passos do beneficiário da suspensão,

sem a necessidade de comparecimento periódico em juízo e proibição de ausentar-se, sem autorização deste, da comarca da residência. Ressaltou-se a inexistência de qualquer risco para a sociedade na adoção de tal medida (folhas 324 e 325). Retornando os autos à Procuradoria Geral da República, reiterou esta a promoção relativa a Edson Gonçalves Soares e, no tocante a Getúlio Afonso Porto Neiva, disse da obrigatoriedade das condições, sendo, assim, inafastáveis, e preconizou a seqüência da ação penal. Em vista, especialmente, do quadro alusivo a Edson Gonçalves Soares e da controvérsia surgida, trago esta última em questão de ordem para exame neste Plenário.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) -

Relativamente ao indiciado Edson Gonçalves Soares, a concordância verificada conduz, de início, à suspensão condicional do processo, por dois anos, na forma do artigo 89 da Lei nº 9.099/95. Surge a problemática alusiva a Getúlio Afonso Porto Neiva. Em primeiro lugar, ressalte-se o perfil que possui. Trata-se de político que, à época dos fatos imputados, detinha o mandato de deputado federal, não logrando, nas eleições de 1994, a reeleição; externa o desejo de concorrer pelo PMDB, ressaltando, assim, a necessidade de manter a liberdade de ir e vir sem as peias dos incisos III e IV do § 1º do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 - proibição de ausentar-se da comarca onde reside sem autorização do juiz e obrigatoriedade de comparecimento pessoal a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades. Tenho que é possível, em que pese ao pronunciamento da Procuradoria Geral da República, afastar essas condições. O processo encontra-se no Supremo Tribunal Federal, a quem cabe não só a autorização prevista no inciso III, como também ter a presença do indiciado. Inegavelmente, a dinâmica de uma campanha eleitoral inviabiliza a proibição de ausentar-se da comarca da residência sem autorização do juiz, bem como o comparecimento pessoal e obrigatório a este último, considerada a unidade de tempo

mês. As condições previstas no § 1º do artigo 89 pressupõem situação em que não se tenha a necessidade de deslocamentos constantes do acusado. Aliás, essa conclusão decorre da norma do § 2º do artigo 89 em comento, na qual está revelada a possibilidade de o juiz especificar outras condições, no que se mostrem adequadas ao fato e "à situação pessoal do acusado". Assim, pronuncio-me no sentido de afastar, relativamente ao candidato ao cargo de deputado federal, Getúlio Afonso Porto Neiva, as condições previstas nos incisos III e IV do § 1º do artigo 89 da Lei nº 9.099/95. A observância dos demais incisos há de se fazer segundo o termo a ser subscrito pelo Juízo Criminal da comarca de Teófilo Otoni, onde residem ambos os indiciados.

É como voto, na espécie dos autos.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

INQUÉRITO N. 641-6 - questão de ordem

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INDIC. : EDSON GONCALVES SOARES

ADV. : ARIOSVALDO DE CAMPOS PIRES

INDIC. : GETULIO AFONSO PORTO NEIVA

ADV. : GUSTAVO LIMA BRAGA E OUTRO

Decisão : O Tribunal, resolvendo questão de ordem proposta pelo Sr. Ministro-Relator, decidiu, por unanimidade, suspender, relativamente ao réu Getúlio Afonso Porto Neiva, as exigências inscritas nos incisos III e IV do § 1º do art. 89 da Lei nº 9.099/95, a partir do registro da candidatura e até a proclamação dos resultados. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Celso de Mello, Presidente, e Moreira Alves. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Plenário, 16.4.98.

Presidência do Senhor Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.


Luiz Tomimatsu
Secretário